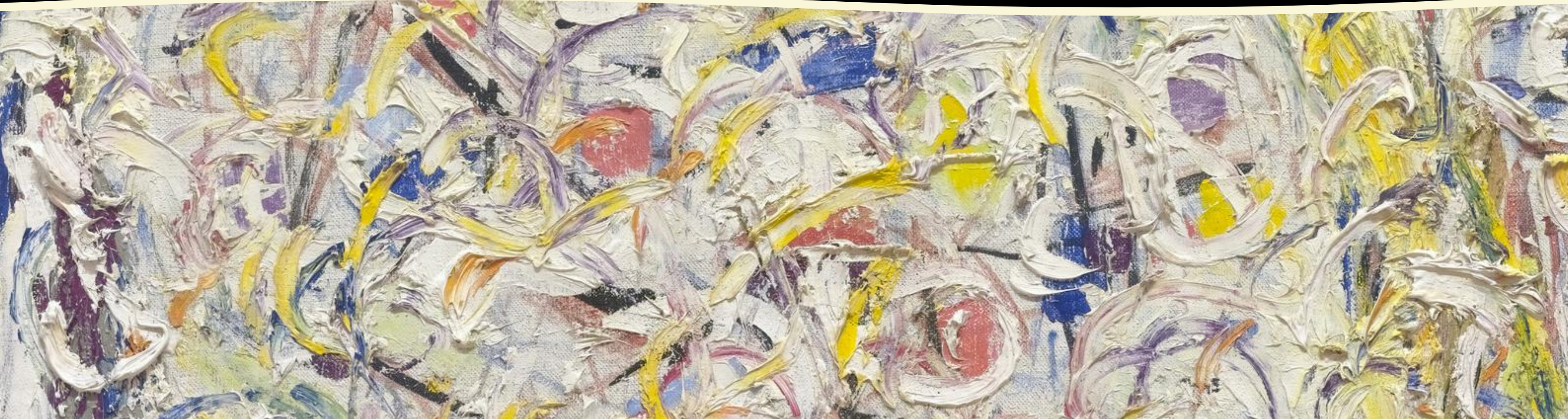


v.33 n.1  
Jan-Jun/2023 Temas Livres

ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

# Praia Vermelha



# Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

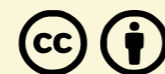
## Temas Livres

**v.33 n.1**

**Jan-Jun/2023**

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



# Praia Vermelha

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA  
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
Denise Maria Guimarães Freire

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA  
Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR  
Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
Fátima da Silva Grave Ortiz

## REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE  
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA  
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITOR TÉCNICO  
Fábio Marinho

REVISÃO  
Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO  
Fábio Marinho

## CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Jackson Pollock (1912-1956)  
*Shimmering Substance*, 1946.

**Publicação indexada em:**  
Latindex  
Portal de Periódicos da Capes  
IBICT  
Base Minerva UFRJ  
Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos  
CEP 22.290-240  
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social  
/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral  
ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5  
CDU 36 (05)

☞ Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

☞ Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

☞ Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.

# Sumário

## 5 Editorial

*Andrea Moraes Alves*

## TEMAS LIVRES ARTIGOS

## 6 A reprodução e o enfrentamento ao machismo no cotidiano das mulheres

*Sarah Sorati dos Santos & Tais Pereira de Freitas*

## 25 Aborto e discriminação interseccional

*Poliana Teixeira de Jesus & Debora Cecilia Chaves de Oliveira*

## 44 Pátria que me pariu: o governo Bolsonaro e a violência obstétrica

*Déborah Veviani da Silva*

## 69 Epistemologia feminista e a crítica ao projeto filosófico da ciência moderna ocidental

*Amanda Freitas Souza & Maria da Luz Alves Ferreira*

## 90 Conhecimento produzido no mestrado em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba

*Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues & Mônica Barros da Nóbrega*

## 116 A natureza e a gênese do Serviço Social: duas teorias conflitantes


*Silvio Redon & Eliane C. Santos de Campos*


## 141 Assistente Social e sua Implicação na Rede de Atenção Psicossocial

*Ingrid de Assis Camilo Cabral*

## 162 Um olhar decolonial para narrativas maternas de congolezas refugiadas no RJ

*Paula Colodetti Santos*

 Você está aqui.

 Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

# Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## A natureza e a gênese do Serviço Social: duas teorias conflitantes

### Fundamentos de Serviço Social

Teses conflitantes

Visão endogenista

Visão histórico-crítica

Os fundamentos sobre a gênese do Serviço Social sofreram um verdadeiro redimensionamento na década de 1980, o estabelecendo como uma profissão que se origina pela realidade social e tem suas requisições por ela determinada, o que nos remete diretamente ao seu significado social. Esse artigo, através de revisão de literatura, objetiva expor as principais ideias das duas teses conflitantes sobre a natureza e a gênese do Serviço Social, intuindo contribuir para esse debate acadêmico e pontuando a superação de uma visão evolutiva e endógena do Serviço Social.

### Silvio Redon

Graduado em serviço social (UEL), doutorando em Serviço Social e Política Social (UEL).

*silvioredonks@hotmail.com*

### Eliane C. Santos de Campos

Professora adjunta UEL, doutora em Serviço Social (PUC-SP).

*elianecampos@uel.br*

### NOTA DE JULHO DE 2023

O presente artigo toma como base a análise sobre a "natureza do serviço social em sua gênese", onde se apresentam as duas teses "endogenista" e "histórico-crítica" sobre os fundamentos do Serviço Social, desenvolvidas em Montañó, Carlos (2007), A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, "especificidade" e sua reprodução. São Paulo, Cortez.

### The nature and the genesis of Social Work: two conflicting theories

The foundations on the genesis of Social Work underwent a real resizing in the 1980s, establishing it as a profession that originates from social reality and has its requirements determined by it, which brings us directly to its social meaning. This article, through a literature review, aims to expose the main ideas of the two conflicting theses on the nature and genesis of Social Work, intuiting to contribute to this academic debate and punctuating the overcoming of an evolutionary and endogenous vision of Social Work.

### Foundations of Social Work

Conflicting theses

Endogenista view

Historical-critical view





## Introdução

Existem certas discussões no Serviço Social que valem a pena ser revisitadas, principalmente quando refletimos os rumos que o Brasil enveredou há cerca de pouco mais de meia década quando um giro político abriu as portas para o avanço declarado da extrema direita no país, posição radical que flerta com o fascismo que deveria ter sido soterrado junto aos escombros da Segunda Guerra Mundial, mas que permanece a assombrar a sociedade. À essa lástima violência se soma o neoliberalismo que insiste na utopia do livre mercado – ignorando o fato que o sistema capitalista não sobrevive sem o Estado – e o reforço da crença no individualismo como meio para se alcançar um duvidoso bem-estar comum. Nesse tortuoso caminho, os direitos sociais são quase que mutilados até perderem suas proposições em uma verdadeira descaracterização de suas possibilidades de efetivação.

É diante desse quadro, mesmo sendo algo que sempre acompanhou a trajetória do Serviço Social no imaginário da população, que queremos retomar e reforçar o debate sobre a origem e o papel da profissão em uma explanação teórica que visa contribuir para o entendimento e a disseminação de suas reais bases sociais como contraponto à ideia de uma evolução espontânea da noção de ajuda; é de muita importância validarmos o direcionamento formativo crítico, o conhecimento que baliza e molda o perfil do profissional e as dimensões analítica e interventiva da profissão. Ainda persiste a visão deturpada que a política social é destinada aos pobres, e que não são vistos como pertencentes à uma classe social condenada a viver da venda de sua força de trabalho, ainda existe o preconceito direcionado à população miserável, a condenação por sua condição de vida e a responsabilização por sua melhora. Para a exposição a que se propõe esse artigo, será feita uma breve incursão sobre o debate da origem da profissão tomando por referência os estudos clássicos de Balbina O. Vieira, para a primeira tese e, para discorrer sobre a segunda tese, os autores Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho e José Paulo Netto; em alguns momentos recorreremos também a Carlos Montaña para mediar a discussão. Cabe deixar registrado que a perspectiva que orienta essa exposição corrobora com a tese que contempla a leitura da realidade social como um processo dinâmico e contraditório, compreendendo o Serviço Social como um produto historicamente determinado.



Esse ensaio está dividido em duas seções destinadas a contemplarem as diferentes perspectivas teóricas. A primeira parte, *A tese endogenista: a defesa evolucionista a partir da prática da ajuda*, visa expor a visão que entende o Serviço Social como um desdobramento da ajuda, em uma defesa quase que espontânea da profissão a partir de um viés interno, sem a consideração da realidade exterior. *O próximo tópico, A tese histórico-crítica: a consideração da sociedade de classes e a funcionalidade do Serviço Social nessa realidade*, evidencia a radical ruptura com a primeira compreensão, situando a profissão como um produto socialmente determinado em uma realidade marcada pela disputa de interesses antagônicos e conflitantes de classes, em que a atuação do assistente social desempenha um papel subsidiário para a reprodução das relações sociais. Os tópicos são seguidos de breves considerações.

#### **A tese endogenista: a defesa evolucionista a partir da prática da ajuda**

Segundo Montañó (2009, p. 17), o debate sobre a natureza e a gênese do Serviço Social gravita em torno de duas perspectivas que se “comportam como *verdadeiras teses*”. Essas teses, opostas e excludentes, que reverberam na prática e no debate acerca do Serviço Social, extrapolam a simples ideia do surgimento da profissão e se estendem ao debate sobre os fundamentos que a legitima e como são interpretadas as funções das políticas sociais no sistema socioeconômico e político. Portanto, as duas teses explicativas que orientam a emergência do Serviço Social são excludentes desde sua natureza às suas formas de compreensão da realidade e de intervenção. Trazem leituras antagônicas da sociedade e dos processos que culminaram em sua emergência. Portanto, trazem em si, cada uma das teses, seus fundamentos explicativos para conferir legitimidade à prática do assistente social.

A primeira tese, denominada por Montañó (2009, p. 19) de *endogenista*<sup>1</sup>, defende que o Serviço Social tem sua origem na “*evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculadas agora à intervenção na ‘questão social’*” (MONTAÑO, p. 19-20, grifo do autor). A explicação para o surgimento da profissão se encerra em si mesma, numa sequência de etapas que

culminaram na profissionalização do que é entendido como suas protoformas; é uma abordagem a-histórica que não contempla o processo de causalidades inseridas na estrutura social e na dinâmica da realidade. Essa visão é marcada pelo protagonismo particular de pessoas ligadas a essas ações e deslocadas do contexto macrossocial das transformações do capitalismo, do Estado e do movimento das classes sociais. Segundo Montañó (2009):

Aqui [em referência à primeira tese] não aparece uma *análise do contexto social, econômico e político* como determinante ou condicionante do processo de criação desta profissão; apenas, na melhor das hipóteses, situa-se historicamente este fenômeno sem que ele redunde em uma análise exógena, estrutural, do surgimento do Serviço Social. A relação, portanto, do Serviço Social com a história e a sociedade é adjetiva, circunstancial, acidental. Há uma clara visão de *externalidade*, de *exterioridade*, na consideração do social para a análise da história profissional (MONTAÑO, 2009, p. 28, grifo do autor).

Para o entendimento desse processo abordado na primeira tese, de grande valor são os estudos de Balbina O. Vieira. A partir da compreensão de que o Serviço Social como ajuda ou auxílio aos outros, embora com outro nome, “existiu desde que os homens apareceram sobre a Terra” (VIEIRA, 1989, p. 11), Vieira aponta a necessidade de um retorno ao passado para elucidar a edificação de como ele é conhecido hoje, através da compreensão da estrutura<sup>2</sup> do fato “ajuda aos outros”. Estrutura que sofre modificações ao longo do tempo, sem que os homens as percebam.

Um dos fatores que nos permitirão compreender o Serviço Social de hoje é o estudo das formas passadas de ajuda ao próximo, da caridade, da filantropia, situados dentro do contexto em que se desenvolveram, realizadas por homens que possuíam uma determinada mentalidade e dispunham de recursos utilizados de maneira específica (VIEIRA, 1989, p. 15).

A autora realiza uma viagem teórica no tempo em busca dos elementos necessários para estruturar e embasar seus estudos, defendendo que o ato de ajudar sofreu alterações históricas devido à influência de ideias, costumes e tradições, o que traz rebatimentos no agir social do homem, que se alinha ao que ele





acredita e o motiva. Perpassa a Antiguidade (do século VIII a.C. até o século V d.C.), a Era da Cristandade (do século V ao XV), o Renascimento e os Tempos Modernos (século XV ao XVIII) e o Século XIX. Em cada época histórica a autora traz as concepções predominantes de pobreza e miséria, quem eram os responsáveis e executores da ajuda e qual a motivação e recompensa para essa atitude, além do caráter da ajuda ao outro.

Em termos gerais<sup>3</sup>, na Antiguidade a pobreza era o estado daqueles que não contavam com meios de subsistência ou não tinham alguém para provê-los. A miséria aparecia em épocas de crise econômica causada por invasões, guerras e catástrofes, ficando a assistência aos pobres sob responsabilidade da família, clã ou tribo. Nas sociedades místicas, a miséria e as doenças eram castigos dos deuses; a pobreza era um castigo aos pecadores. Na Cristandade, período em que a economia nunca foi estável, “os males sociais atingiam enormes proporções e a pobreza e a miséria, tão generalizadas, eram consideradas naturais” (VIEIRA, 1989, p. 30). Ser pobre ou doente não era castigo de Deus, mas causada pela imprevidência do homem. A ajuda ao próximo era uma virtude e a caridade um meio de alcançar méritos para a vida eterna. As obras de caridade eram administradas pela Igreja.

No Renascimento e Tempos Modernos, a pobreza não é encarada mais como provação, mas como um problema social normal, sendo consequência das condições sociais e de responsabilidade de toda sociedade. É dever do cidadão fazer o bem, mas agora sob a forma da filantropia, desvinculada da ideia de santificação da caridade. A responsabilidade pela ajuda se estende para pessoas e obras leigas, como São Vicente de Paulo, além da, até então inédita, ação do Estado, de caráter repressivo e assistencialista. O século XIX, em contexto da industrialização e de todas as consequências sociais que vieram em seu rastro, pode ser considerado como o da “organização da assistência social” (VIEIRA, 1989, p. 41); para ser eficiente aos pobres, a ajuda deveria ser organizada. A pobreza, fruto das condições sociais, se generalizara e surgia uma nova classe de pobres: os que trabalhavam, mas não conseguiam se sustentar devido à insuficiência da renda. A ajuda era vista como um dever de solidariedade, como parte da função do cristão ou do cidadão; era vocação e não profissão.





Nesse momento ocorre a estruturação de várias organizações, leigas ou religiosas, como a Sociedade de São Vicente de Paulo. O fato é que essas organizações privadas não possuíam um gerenciamento, ocasionando assistência dúplice ou outros abusos. Surge, então, a *Charities Organisation Society (COS)*, em 1869, em Londres e, em 1877, nos Estados Unidos, “com a finalidade de coordenar o trabalho das obras particulares, de maneira a evitar duplicidade e resolver, rápida e economicamente, os casos” (VIEIRA, 1989, p. 43). A serviço da COS estavam alunos das escolas de Ciências Sociais para delimitar as pessoas e o quanto deveriam receber, além de um visitador voluntário para trabalhar as diferenças sociais.

Aos poucos, verificou-se a necessidade de um treinamento, não somente para o investigador remunerado, como para o voluntário. Discutiu-se a questão no congresso da COS, em 1897, do que resultou a criação, no ano seguinte, do primeiro Curso de Serviço Social, junto à Universidade de Columbia, em Nova Iorque (VIEIRA, 1989, p. 43-44).

Nessa abordagem, o Serviço Social adquire uma autonomia em relação aos processos sociais, portanto não desempenhando nenhuma função socioeconômica e política na sociedade de mercado - suas ações aparecem descoladas das instituições empregadoras. Do mesmo, nessa perspectiva, a profissão se autossustenta, não sendo determinada historicamente, mas confinando, em si mesma, as explicações quanto a sua origem e significado, em um processo histórico contínuo e linear.

Na análise que evoca a razão miserável, o significado da profissão só pode ser encontrado em sua própria trajetória, visto como uma história única, irrepetível, considerada apenas nos seus aspectos singulares, tomada como resultado da autorrepresentação dos seus agentes profissionais. Trata-se de uma história individual, subjetivista, cronológica, resultado do desenvolvimento de etapas que se sucedem umas às outras no tempo (GUERRA, 2016a, p. 287).

A primeira tese afirma a constituição da profissão numa relação de continuidade, num processo linear e cumulativo, originado da organização das formas anteriores de ajuda, entendido por lamamoto (2014, p. 23) como “uma tecnificação da filantropia”. O Serviço Social se constituiria a partir das formas de ajuda precedentes, se tornando profissão ao “atribuir uma base técnico-



*científico às atividades de ajuda, à filantropia”* (IAMAMOTO, 2014, p. 23, grifo do autor). Nessa perspectiva, a profissão se autossustenta, restringindo em si mesma, as explicações quanto a sua origem e significado.

### **A tese *histórico-crítica*: a consideração da sociedade de classes e a funcionalidade do Serviço Social nessa realidade**

Em radical oposição à visão endogenista, Montañó (2009) assinala que a perspectiva *histórico-crítica*<sup>4</sup> concebe a gênese e a natureza do Serviço Social a partir do movimento das classes sociais em torno da disputa de projetos conflitantes de sociedade, se consolidando numa determinada conjuntura histórica, qual seja, a passagem do capitalismo de recorte concorrencial à era dos monopólios no final do século XIX. O assistente social tem uma função nitidamente política, de legitimação e reprodução da ordem capitalista, e a *profissão* se insere num contexto geral da sociedade a partir da reação conservadora da burguesia, que “captura” o Estado que passa então a atuar de forma sistemática e contínua sobre as expressões da “questão social” através das políticas sociais<sup>5</sup>. Nessa perspectiva de totalidade, a profissão é reconhecida como um produto histórico.

Vale anotar a ideia sinalizada por Guerra (2016b): que esse questionamento da primeira tese se inicia na década de 1960 quando da aproximação do Serviço Social ao materialismo histórico, por meio do qual o significado da profissão é compreendido a partir de sua inserção na reprodução das relações sociais cindidas por duas classes conflitantes com interesses antagônicos. Particularmente no Brasil essa aproximação ocorreu em contexto adverso: a Ditadura Militar.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2012), no Brasil, o Serviço Social nasce medularmente atrelado à Igreja Católica e seu projeto global de recristianização da sociedade, ideologicamente alicerçado no neotomismo, a doutrina social da Igreja. As extremas condições de vida do proletariado se tornam flagrantes por meio das crescentes e intensas mobilizações sociais; frações da classe dominante, Estado e Igreja são obrigados a se posicionarem frente à “questão social” que, além de evidenciar as alterações sociais desencadeadas no processo de amadurecimento do capitalismo nacional, passa a ocupar posição central nas contradições sociais. É nesse momento



que surgem as “Leis Sociais”, por meio da intervenção estatal, e o desenvolvimento das ações assistencialistas da elite, que se tornariam a principal base para o Serviço Social brasileiro.

A “questão social” brasileira está atrelada à disseminação do trabalho livre em uma sociedade marcada pela recente abolição da escravidão. A responsabilidade pela manutenção da força de trabalho é de total responsabilidade do operário e sua família, agora obrigados a se lançarem no mercado de trabalho e sujeitos à brutal exploração do capital, situação que reverbera em suas condições de vida<sup>6</sup>. A partir do ingresso da classe operária no cenário político e a exigência de reconhecimento de sua cidadania, começa a ocorrer uma gradual alteração das relações entre o Estado e as classes sociais, bem como uma alteração relacional entre estas. Diante dos movimentos sociais são criadas as Leis Sociais<sup>7</sup>, inseridas em um campo de regulamentação estatal para a venda da força de trabalho, e a burguesia, pela via da Igreja Católica, estabelece sua estratégia para conservação de seus valores sagrados: “a moral, a religião e a ordem pública” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 134). Decorre desse processo histórico a emergência do Serviço Social, diretamente vinculado às manifestações de frações e grupos classistas, marcando sua gênese.

Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 135-136).

Durante os anos de 1917 e 1920 se evidenciam as manifestações do início do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, marcado pelo adensamento da industrialização e urbanização. Nesse período, os movimentos sociais irrompem a realidade social colocando num primeiro plano “a densidade e combatividade das manifestações de inconformismo [que] marcarão para a sociedade burguesa a presença ameaçadora de um proletariado à beira do pauperismo” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 140).





Não havia, nesse momento, políticas de integração e a população operária era contida de forma truculenta. Após esses anos é que se desenvolve largamente a ação assistencialista da burguesia, projetando o campo de edificação do Serviço Social. Nessa conjuntura, caracterizada pela caridade e repressão frente às reivindicações sociais, se coloca a importância da Igreja Católica como personagem essencial para a emersão da profissão no Brasil.

Se as obras caridosas mantidas pela Igreja remontam ao período colonial e a participação do clero no controle direto do operariado acontece a partir do estabelecimento das grandes indústrias em fins do século XIX, o que se convencionou chamar de protoformas do Serviço Social se origina com as obras e instituições<sup>8</sup> que surgem no pós-Primeira Grande Guerra. Na verdade, a movimentação da Igreja, ainda na República Velha, se vincula a um plano mundial arquitetado pelo Vaticano para influenciar as igrejas católicas nacionais.

Com a Contrarreforma ocorrida na Europa, a Igreja Católica perde sua hegemonia enquanto concepção de mundo e é expulsa de amplos setores sociais que até então estiveram sob seu completo domínio. Assim, inicia-se no Brasil a Reação Católica, a partir da segunda metade da República Velha, objetivando recuperar os privilégios e prerrogativas perdidos com o fim do Império e tendo por base a formação de uma organização de massa visando enquadrar e controlar a população católica. Se até então a ação da Igreja era restrita às autoridades eclesiásticas, a expansão de seu campo de atuação se dará, primeiramente, pela formação de uma intelectualidade católica, direcionando pouca importância para a “questão social” e o comunismo<sup>9</sup>.

Essas instituições sociais que surgem na primeira fase da Reação Católica já diferem das tradicionais atividades de caridade. Tendo sua centralização a partir da Igreja, essas instituições envolvem as famílias burguesas cariocas e paulistas, mas contando com recursos do Estado, o que possibilita a ampliação dessas obras, marcando uma alteração do seu caráter existencial.

Têm em vista não o socorro aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a





menores e mulheres. [...] A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 177).

É na largada da década de 1930 que a Igreja expande a mobilização do laicato, fato inserido na alteração da dinâmica social: a crise do café força o deslocamento do motor da acumulação capitalista para outros setores, para além da atividade agro exportadora. A crise de 1929 agrava as contradições capitalistas num momento em que a realidade nacional se atrela ao movimento da economia global. Com o estabelecimento do Estado Provisório (1930-1934), dois acontecimentos se fazem fundamentais para o alargamento da atuação da Igreja, dando condições para a segunda fase da Reação Católica:

A conjuntura política e social presente naquele momento – *a crise de hegemonia entre as frações burguesas e o movimento das classes subalternas* – abrirá à Igreja um enorme campo de intervenção na vida social. Ela será chamada a desempenhar um importante papel nos momentos mais críticos para a estabilidade do novo governo e com ele disputará arduamente a delimitação de áreas e competências de controle social e ideológico (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 165, grifo nosso).

De suma importância é a posição estatal: o Estado converge para si os distintos interesses das classes sociais em disputa em nome da “harmonia social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 161), se tornando em um instrumento de potencialização da expansão e acumulação capitalista. Ainda no início da década de 1930 a legislação social é ampliada<sup>10</sup> e a “política social formulada pelo novo regime – que tomará forma através da legislação sindical e trabalhista – será sem dúvida um elemento central do processo”. Junto à campanha de integração social das massas, atrelando os direitos trabalhistas à aceitação de um sindicalismo controlado e a propagação das virtudes do trabalho, estará presente a repressão à organização autônoma do proletariado.





Visando consolidar solidamente sua posição e estabelecer seu poder na sociedade, a Igreja lança seu ambicioso projeto de mobilização e reorganização do movimento católico leigo e, por meio de sua intelectualidade, formula seu projeto de cristianização da ordem burguesa e de recuperação do proletariado. Defendendo que a justiça é uma providência divina e que os princípios da cristandade é que podem promover a justiça social, a intelectualidade estrutura uma via cristã para responder aos problemas sociais buscando adaptação “à realidade nacional do espírito das Encíclicas Sociais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 168). É devido ao movimento laico, no âmbito da Ação Social Católica, que as iniciativas da década anterior se multiplicarão.

De acordo com os estudos de Guedes (2000), a *Rerum Novarum*, de 15/05/1891, foi organizada pelo Papa Leão XIII e sistematiza, pela primeira vez, elementos da doutrina social da Igreja Católica. Reporta-se ao pensamento de São Tomás de Aquino, que estabelece uma ordem temporal e atemporal, em que esta se sobrepõe àquela. A ideia é atenuar a desigualdade social sem questionar a viabilidade do capitalismo, refutando, de um lado, os excessos do liberalismo e, por outro lado, os preceitos socialistas que condenam a propriedade privada, considerada um direito natural. Quarenta anos depois, vem a público a *Quadragesimo Anno*, em que o Papa Pio XI retoma os pontos essenciais da *Rerum Novarum* e analisa o avanço do socialismo. Tomando a “questão social” como questão moral, aponta a recristianização da vida econômica para reverter o quadro de degradação moral da sociedade. As Encíclicas<sup>11</sup>, ao condenarem o comunismo e o abuso do capitalismo, apontam, como solução, a humanização do sistema econômico.

Da necessidade de tornar mais efetivas e gerar mais resultados às iniciativas e obras filantrópicas promovidas pelas classes dominantes paulistas, surge em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS)<sup>12</sup>. O objetivo do CEAS, dentro do processo de mobilização do laicato, é promover a formação de seus membros fundamentada na doutrina social da Igreja e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais. É da difusão e da intensificação de suas atividades doutrinárias que, em 1936, o CEAS funda a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo, concomitantemente a um aumento da demanda por essa





formação técnica especializada, não só pela própria ação católica, mas pelas instituições estatais.

Essa primeira fase do Serviço Social no Brasil, denominada por Iamamoto e Carvalho (2012, p. 239) de “*influência europeia ou Serviço Social antigo*”, é marcada por um caráter de apostolado social, de qualificação do laicato, principalmente sua parcela feminina oriunda das famílias abastadas. Naquilo em que se acreditava, *conota-se* à atividade profissional uma característica missionária, com parâmetros técnicos e modernizadores para a concretude dos imperativos da justiça e caridade junto às classes subalternas.

A vocação de servir é concebida, nessa perspectiva, como escolha, oriunda de um chamado, justificado por motivações de ordens éticas, religiosas ou políticas, a quem só podem aderir indivíduos dotados de certas aptidões particulares e dispostos a engajar a totalidade de suas vidas em um projeto que, antes de ser trabalho, é uma missão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 91).

A miséria é entendida como situação patológica que se origina na crise de formação moral do proletariado. Portanto, os determinantes das condições de vida dos trabalhadores não estavam na estrutura social; ela é satisfatória. Mesmo havendo o reconhecimento de uma diferenciação social, esta é entendida como natural, visto que os homens são desiguais em suas capacidades. A intervenção do agente deve ser direcionada para a formação moral, intelectual e social da família, reajustando-a por meio de uma ação educativa: é começar pela reforma do homem.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2012), quando a gestão da assistência social se insere em âmbito estatal, especificamente em referência ao estado de São Paulo, inicia o seu processo de *racionalização* e da regulação de iniciativas particulares. O governo vai subordinar a seu programa as atividades privadas ao mesmo tempo que adota técnicas e formação desenvolvidas a partir de instituições particulares. A demanda pela formação profissional terá no Estado seu setor mais dinâmico, e simultaneamente irá incentivá-la e regulamentá-la. Assim, a primeira Escola de Serviço Social não pode ser considerada apenas como fruto do movimento laico, pois já existia uma demanda alternativa. Há uma alteração da composição da força de trabalho: agora não mais uma moça pertencente à







família abastada da sociedade movida por valores cristãos de solidariedade e ajuda, mas um agente assalariado pertencente à divisão social e técnica do trabalho. Contudo, isso não elimina o conteúdo doutrinário da formação, ainda sob o comando da Igreja Católica.

Assim, o processo de legitimação do Serviço Social é marcado pela criação das grandes instituições assistenciais, sobretudo a partir da década de 1940<sup>13</sup>, o que permitirá uma atuação sobre as consequências da exploração do capital, mas sem alterar essa dinâmica, e da condição de carência do operariado, atenuando seus aspectos mais gritantes. Contribui para esse momento a aproximação com o modelo norte-americano para a coordenação e tecnificação das obras assistenciais. Essas instituições cumprem um papel de controle social e político dos setores dominados e para a vigência do capitalismo, tanto por seus efeitos econômicos como pela institucionalização e dissolução dos conflitos sociais, disciplinando as relações sociais vigentes.

O processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais – estatais, autárquicas ou privadas – é também o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. A profissionalização de Assistente Social apenas pode se consolidar e romper o estrito quadro de sua origem no bloco católico *a partir e no mercado de trabalho que se abre com aquelas entidades* (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 326, grifo nosso).

Assim, o caráter doutrinário gradualmente foi sendo substituído pela profissionalização e o Serviço Social vai deixando de ser uma extensão da Ação Católica. *Com a estruturação das grandes instituições, abre-se um campo sócio-ocupacional para a formação técnica especializada do Assistente Social na divisão social e técnica do trabalho.* A atuação do Serviço Social será dada, de forma mais geral, pelas funções econômicas, políticas e ideológicas.

O Serviço Social estruturalmente tem sua gênese atrelada a um projeto burguês para manutenção da edificação social classista e a conservação de seus privilégios. A legitimidade da profissão se encontra no mercado de trabalho, no espaço que ocupa na divisão social e técnica do trabalho, para responder às necessidades sociais decorrentes dessa forma de produzir e reproduzir a vida na sociedade vigente, atuando





junto às expressões da “questão social”. Não escapando de sua determinação, atua na reprodução da sociedade e de suas contradições e conflitos.

Reforçamos a importância do entendimento sobre a verdadeira origem do Serviço Social, principalmente quando refletimos os tempos atuais. Primeiro, no que se refere ao projeto ético-político profissional, atrelado às demandas da classe trabalhadora, cuja direção social reestruturou todo o complexo profissional, desde a formação até o exercício do assistente social. Ancorado na teoria marxiana, tal projeto está em consonância com a perspectiva de superação da vigente sociabilidade, donde surgem a necessidade de profunda democratização e organização e intensificação da luta de classes. Segundo, a superação da tese endogenista permite situar e analisar as modificações da profissão que acompanham o movimento da realidade social, esta marcada pela mundialização do capital e de profundas crises em que a intensificação da financeirização cria uma barreira que obscurece a raiz da valorização do capital a partir da exploração do trabalho: é, segundo Iamamoto (2019), tempos de ampliação das desigualdades, de retração de direitos, de expansão da extrema direita e sua economia ultraliberal, de privatização e mercantilização de serviços sociais. Conforme a autora, ainda persiste a luta contra o passado liberal-conservador da profissão no conjunto dos países da América Latina, além de uma reação conservadora que dissimula a sociedade de classes e naturaliza a mercantilização privatista.

Retomando o debate, Netto (2011) analisa o surgimento da profissão trazendo algumas particularidades. O autor insere a emergência da profissão no trânsito do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, em que este projeta significativos fenômenos<sup>14</sup> na dinâmica econômica. Momento também que se formata um complexo campo de disputa social delineado por projetos políticos distintos e que marcam a conjuntura do final do século XIX. Esses projetos políticos, variando de um extremo ao outro, da conservação social à alteração substancial de suas estruturas, se estreitam a três fatos que se fortaleceram na era dos monopólios: “o proletariado constituído como *classe para si*, a burguesia operando *estrategicamente como agente social conservador* e o *peso específico* das classes e camadas intermediárias (NETTO, 2011, p. 54, grifo do autor).





A elevação do proletariado como *classe para si* se vincula ao quadro de derrotas de 1848, sobre as quais o proletariado iniciou a construção de sua identidade como protagonista histórico-social. De acordo com Engels (2010b), o proletariado, após ser duramente contido quando da tentativa de qualquer reorganização, só reuniu forças no momento em que surge a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)<sup>15</sup>. Segundo Netto (2011), é a partir desse momento, até a Primeira Guerra, que o operariado elabora seus instrumentos de intervenção sociopolítica: o sindicato e o partido operário, que se estruturam relacionados a dois fenômenos que repercutem, social e politicamente. Primeiro, uma conjuntura extensa de crises que resultou na redução de postos de trabalho e intenso desemprego, e o aviltamento dos salários, refletido no aguçamento da fome e da miséria. A resposta operária já surge no auge do associativismo sindical. De outra parte, é nesse momento que se projeta nos setores do movimento operário as ideias de Marx, embora sob vieses positivistas, o que recortou o seu vetor revolucionário. A “questão social” não é somente politizada no sentido contrário ao pensamento conservador ou reacionário: ela é colocada no centro do antagonismo que marca o espectro social entre capital e trabalho, cuja solução encontra refúgio por meio do *processo revolucionário* (NETTO, 2011, p. 59).

[...] ao ingressar a sociedade burguesa na idade no monopólio, o projeto político social do proletariado euro-ocidental se encontra nitidamente perfilado: é um *projeto anticapitalista*, referenciado por uma *prospecção socialista* e uma *prática sindical classista* (NETTO, 2011, p. 59, grifo do autor).

Sob esse avanço organizativo da classe operária já não eram suficientes as formas clássicas burguesas de intervenção na “questão social” centradas na coerção e repressão, obrigando-a a instaurar formas de participação social aliada às concessões, estas entendidas como os primeiros esboços de política social pública. A burguesia também passa por um processo de amadurecimento ao longo do desenvolvimento capitalista. Diante da colisão com um projeto alternativo na disputa pelo controle da sociedade, a burguesia aposta em uma estratégia cujo conteúdo conservador se expressa na abordagem da “questão social” por meio de um *viés despolitizador*.





Todo empenho burguês consiste em *deslocar* a “questão social” do campo da política – e privá-la de uma contextualização classista (donde a retórica da “harmonia” entre capital e trabalho), em torná-la indene de projeções assumidamente políticas (donde a recusa da “ideologização”). O escamoteamento da dimensão política medular da “questão social” constitui o cerne da política burguesa que a quer enfrentar na idade do monopólio (NETTO, 2011, p. 61, grifo do autor).

É introjetado o reformismo para conservar, em que se admite mudanças, mas no âmbito da sociedade burguesa e que de forma alguma pode resvalar em suas estruturas. Assim, os fundamentos da “questão social” são descaracterizados do movimento mais amplo da sociedade e de suas bases econômicas.

Também se coloca em evidência nesse momento a atuação das ditas “classes médias”, numa configuração peculiar<sup>16</sup> e abrangendo distintas categorias ideológicas, donde se destaca a tradição do reformismo; um *novo* reformismo (NETTO, 2011, p. 64) que recupera elementos do reformismo e do socialismo<sup>17</sup> burgueses tradicionais e que se madura entre os estratos das classes médias na passagem para a era dos monopólios, se enquadrando aos requisitos dessa nova configuração de capitalismo. Esse novo reformismo traz em seu bojo uma proposta socialista a ser desenvolvida nos limites da dominação burguesa, “mediante a estatização, a municipalização e a política fiscal”, proposta concomitante ao surgimento do chamado revisionismo de Marx que, no liminar de suas ideias, respondia à postura não radical e conservadora de parte da população proletária<sup>18</sup>.

Aliado a toda essa transformação social e aos projetos sociais *essenciais* que se colocam no horizonte da dinâmica capitalista, o recorte monopolista, para manter sua viabilidade mediante a manutenção e elevação das contradições próprias do sistema, requer a intervenção estatal sob um novo viés, articulando funções políticas e econômicas que se expressam, sobretudo, no terreno *estratégico*, atuando o Estado como “instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise” (NETTO, 2011, p. 26). Para garantir sua funcionalidade para a burguesia, o Estado incorpora reivindicações da classe trabalhadora, expandindo sua “base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a





generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, [permitindo-lhe] organizar um *consenso* que assegura seu desempenho” (NETTO, 2011, p. 27). Mediante uma intervenção contínua e sistemática, as sequelas da “questão social” se colocam como alvo das *políticas sociais* que, além de sua funcionalidade para esse estágio do capitalismo, se concretizam fundamentalmente em decorrência do amadurecimento organizativo da classe operária e do conjunto dos trabalhadores.

É nessa complexa trama social, marcada pela ascensão de um novo estágio do desenvolvimento capitalista e no qual os sujeitos históricos representantes de classes sociais antagônicas disputam a garantia de seus distintos interesses e o redimensionamento da atuação do Estado, que se torna possível a institucionalização e profissionalização do Serviço Social. Superando a primeira tese, classificada como uma “crônica essencialmente historiográfica e linear” (p. 69), Netto (2011, p. 70) localiza a legitimação da profissão não no seu embasamento teórico que marca àquela vertente, mas na “criação de um espaço sócio ocupacional no qual o agente técnico se movimenta – mais exatamente, nas condições histórico-sociais que demanda este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho”.

O autor supracitado estabelece uma *ruptura* entre o Serviço Social e as formas pretéritas de ajuda e caridade, e um distanciamento<sup>19</sup> das formas explicativas contidas na primeira perspectiva sobre a emersão da profissão. Vincula a profissionalização do Serviço Social à “*dinâmica da ordem monopólica*” (NETTO, 2011, p. 73, grifo do autor) a partir da constituição de um espaço sócio-ocupacional na divisão social e técnica do trabalho, sendo requisitado pela classe capitalista e seus representantes no Estado para o enfrentamento das expressões da “questão social” através da implementação das políticas sociais; ele é “*dinamizado pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro dessa ordem*” (NETTO, 2011, p. 77, grifo do autor) e necessita, para tal estratégia, um *agente executor*. A ruptura com as formas filantrópicas e assistenciais de que fala Netto é decisiva para a profissionalização do Serviço Social:

Se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma





estratégia objetivas que independem de sua intencionalidade  
(NETTO, 2011, p. 71, grifo do autor).

Ainda de acordo com Netto (2011), as atividades interventivas são atribuídas ao assistente social, fugindo de seu controle e intencionalidade, apesar de ser possível outra constatação em seu discurso, na sua representação da profissão. Aqui o profissional se insere numa relação de *assalariamento* e o significado social de sua ação passa a ter outro sentido na reprodução das relações sociais (aqui, a concordância com Iamamoto quanto o nível de atuação do Serviço Social). Essas condições distanciam os agentes das instituições tradicionais responsáveis pela organização das formas de ajuda: “é com esse giro que o Serviço Social se constituiu como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com seu agente tornando-se *vendedor* da sua força de trabalho)” (NETTO, 2011, p. 72, grifo do autor).

A intervenção profissional, vale dizer, garante a *resposta integradora* que é pertinente às políticas sociais. Além disso, não é apenas sua origem atrelada ao pensamento conservador que garante sua funcionalidade, sumariada em conceber e atuar nas manifestações da “questão social” como problemas autonomizados, promover a psicologização da socialidade e operar na *coesão social*. Atua e é dinamizado pelo projeto conservador da classe dominante na consolidação do capitalismo monopolista (NETTO, 2011).

Essa segunda concepção sobre a gênese da profissão Serviço Social, que escapa à simples continuidade de formas pretéritas, pode ser sintetizada na seguinte passagem:

[...] esta segunda tese sobre a gênese do Serviço Social parte de uma *visão totalizante*. Vê o surgimento da profissão vinculado, determinado e formando parte de uma ordem socioeconômica determinada, de um contexto, enfim, da síntese de projetos enfrentados e da estratégia da classe hegemônica nessa luta, no contexto do capitalismo monopolista. Nele se entende a “particularidade” – Serviço Social – inserida e constitutiva de uma “totalidade” mais desenvolvida que o contém e o determina (MONTAÑO, 2009, p. 38, grifo do autor).





A partir da segunda tese, a natureza e a funcionalidade da profissão se vinculam à ordem burguesa através das respostas do Estado frente às expressões da “questão social”. “Aqui, a *função* do Serviço Social é de legitimação da ordem e aumento da acumulação capitalista, tendo, portanto, natureza e funcionalidade *político-econômicas* e não *altruístas*” (MONTAÑO, 2009, p. 44, grifo do autor), o que corresponde uma *ruptura* com as formas pretéritas de ajuda.

Os alicerces do Serviço Social enquanto profissão são postos com a segunda perspectiva, uma vez que imanente a ela se encontram suas determinações e funcionalidades de natureza classista, inserida como construção social em determinado tempo histórico, sendo justificável sua existência na sociedade capitalista. Rompe-se, aqui, com o Serviço Social vocacional, com caráter de missão, como uma simples e mecânica evolução do quadro caritativo. Decorre dessa leitura uma inflexão quanto ao entendimento do público-alvo da assistência social: agora não mais alocando nos sujeitos de sua ação a responsabilidade por suas condições, mas entendendo que existe um movimento social mais amplo em que os indivíduos são partícipes e suas condições de vida, historicamente determinadas, são condicionadas nesta realidade.

### Conclusões

É de grande importância os profissionais da área conhecerem essa distinção entre as duas perspectivas e a superação da primeira pela segunda. Localizar a profissão na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, entender sua verdadeira demanda e funcionalidade, é compreender suas limitações e restrições, o que não significa partilhar de uma atuação engessada somente aos direcionamentos do Estado; tal intervenção deve considerar e priorizar a busca do atendimento às reais necessidades de vida que são apresentadas pela classe trabalhadora, em um movimento analítico e interventivo crítico e propositivo.

A defesa pela segunda tese também contempla a contradição presente na realidade capitalista e o protagonismo do proletariado como uma classe social consciente de sua posição social e da busca de seus direitos, levada a efeito pelas lutas sociais. Dessa forma, os direitos sociais devem ser considerados como respostas aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e não como



mera concessão estatal, ou do favor. Por sua vez, isso se reflete no exercício profissional do assistente social que deve ter essa compreensão, identificando o sujeito não como mero beneficiário da Política de Assistência Social, como alguém desprotegido e que passa por certas dificuldades momentâneas, mas como um trabalhador pobre e explorado, pertencente a uma classe social constringida à exploração cotidiana para responder às suas necessidades de vida, detentor de direitos que devem ser pauta de enfrentamentos classistas para sua manutenção.

### Referências

- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- COGGIOLA, Osvaldo. Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- ENGELS, Friedrich. Prefácio à Edição Inglesa de 1888. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- GUEDES, Olegna Souza. *Principais doutrinas sociais da Igreja Católica: Rerum Novarum e Quadragesimo Anno*. Implicações da Concepção Neotomista de Homem na Gênese do Serviço Social Brasileiro – 1930/1940. 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 63-78.
- GUERRA, Yolanda. Nas pegadas dos 80 anos de história do Serviço Social: o debate da instrumentalidade como marco. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). *Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016b. p. 287-309.
- GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (orgs.). *Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016a. p. 83-10.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-*



metodológica. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (orgs.). *Serviço Social na história*. América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MONTAÑO, Carlos. *A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e a sua reprodução*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VIEIRA, Balbina Ottoni. *História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria*. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

### Notas

1 Apesar de convergirem para a mesma tese, Montañó (2009, p. 20) identifica uma distinção entre os autores dessa primeira perspectiva: 1) participam, concomitantemente, teóricos do Serviço Social tradicional (José Lucena Dantas, que compreende as protoformas da profissão desde a Idade Média; e García Salord, que situa o nascimento do Serviço Social no século XX) e os que tinham ligação ao movimento de reconceituação (Herman Cruse; Natálio Kisnerman; Ezequiel Ander-Egg; Juan Barreix; Boris Alexis Lima – este último, mesmo ligado ao movimento mais crítico da reconceituação, remonta à Idade Média para explicar a emersão da profissão – e Norberto Alayón); e 2) autores que entendem como antecedentes do Serviço Social todo tipo de ajuda e caridade, retrocedendo ao período medieval e até mesmo ao início da humanidade (Balbina Ottoni Vieira) e outros que vinculam a profissão às práticas de caridade e ajuda a partir da “questão social” no período pós-Revolução Industrial. ↑

2 De acordo com a autora, a estrutura operacional da ajuda é composta de 4 elementos: “a descrição do contexto sócio econômico cultural político onde se encontram as causas das necessidades que condicionam a ajuda; a ideia que se tinha da natureza da ajuda e da função desta; quem recebia ajuda e as necessidades que impeliam à sua procura; quem ajudava: a família, a religião ou a Igreja, o poder civil ou o Estado” (VIEIRA, 1989, p. 17). ↑

3 Para mais informações sobre as particularidades históricas destacadas pela autora, consultar o capítulo I de seu livro “A ajuda aos Pobres: Interpretação do Passado” (VIEIRA, 1989). ↑

4 Nessa segunda tese participam Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique Castro, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto, entre outros. Mas cada autor apresenta suas particularidades sobre o entendimento do tema (MONTAÑO, 2009). ↑

5 Vale dizer que o Estado, como aponta Netto (2011, p. 32), atua sobre a “questão social” de forma a fragmentá-la. Tratar a “questão social” na sua totalidade seria admitir a estrutura capitalista como o núcleo irradiador de todas as suas expressões, que passam a ser alvo de *políticas sociais* direcionadas a cada categoria particular de problemáticas. Assim, as expressões da “questão social”, além de receberem tratamento isolado, adquirem natureza independente, deslocadas de um todo social e de um determinante único: a própria natureza contraditória do sistema capitalista de produção. ↑

6 As condições de vida e de trabalho da população operária brasileira nas primeiras décadas do século XX, estudadas por historiadores e sociólogos, se assemelham às condições de vida da Inglaterra industrial do século XIX retratadas por Engels (2010a): o operariado se constitui em uma minoria marginalizada nas cidades já desenvolvidas, amontoando-se em “bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casa infectas, sendo muito frequente a carência – ou mesmo a falta absoluta – de água, esgoto e luz”. A maioria das empresas é instalada em prédios alugados, sem condições de higiene e segurança. O poder aquisitivo do salário é baixo, ficando abaixo do necessário para a subsistência. O preço do salário será constantemente forçado para baixo em decorrência da ampliação do exército industrial de reserva e pela incorporação de mulheres e crianças no mercado de trabalho, estes também sujeitos a extensas jornadas de trabalho. Não há garantias e direitos fixados por lei (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 137-138). ↑

7 Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 79-80), até 1887 não há no Brasil registro de nenhuma legislação social. Em 1919 é regulamentada a questão dos acidentes de trabalho, mas tratando-o pela via do inquérito policial e com ênfase na responsabilização do indivíduo em detrimento das condições de trabalho. Em 1923 é aprovada a Lei Eloy Chaves que obriga a criação das CAPs para algumas categorias de trabalhadores, como marítimos e ferroviários, vinculados à escoação do café. Junto com os IAPs, foram as formas pretéritas da previdência social no Brasil. ↑

8 A exemplo, a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo (1923) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 176). ↑

9 Nesse momento a preocupação da Igreja é com o anticlericalismo, o positivismo e o laicismo das instituições republicanas. O movimento operário entrara em refluxo a partir de 1921 e as disputas de liderança interna entre as tendências marxistas e anarquistas causariam a diminuição das greves e a ascensão dos movimentos de contestação de cunho ideológico pequeno burguesa e de origem militar. O comunismo era tido como um problema restrito ao continente europeu (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 153-154). ↑

10 O Brasil segue o modelo adotado nos países em desenvolvimento em relação à cobertura de risco referente ao trabalho: regulação para os acidentes de trabalho, aposentadorias e pensões, auxílio-doença, maternidade, família e seguro-desemprego. É criado o Ministério do Trabalho em 1930 e, dois anos depois, a Carteira de Trabalho que se torna o documento garantidor de alguns direitos vinculados ao trabalho formal. Essa década marca a expansão dos IAPs. Em 1930 também é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, além do Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo de Ensino Comercial, e em 1943 é promulgada a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 106-108). ↑

11 “As Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, como outros documentos eclesiais que traduzem o pensamento da Igreja Católica no final do século XIX e nas quatro primeiras décadas do século XX, com relação à “questão social”, “orientam-se em um quadro de valores assentados sobre a filosofia de S. Tomás de Aquino. É sobretudo a partir de tal parâmetro filosófico que os Pontífices refletem sobre os problemas do homem na sociedade” (GUEDES, 2000, p. 68-69). ↑

12 Oficialmente o CEAS tem início com o curso promovido pelo Cônegas de Santos Agostinho, ocasião em que foi convidada Mlle. Adèle Loneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, denominado Curso Intensivo de Formação para Moças (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 178). ↑

13 Entre elas, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) em 1938, pelo Decreto-Lei n.º 525, de 1/7/1938; a Legião Brasileira de Assistência, de 1942; Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional (Senai), de 1942; o Serviço Social da Indústria (SESI), de 1946; Fundação Leão XIII, de 1946 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012). ↑

14 A era dos monopólios, que objetiva a expansão dos lucros pelo controle de mercados, introduz na dinâmica econômica os seguintes fenômenos: o crescimento progressivo das mercadorias e serviços; a elevação da taxa de lucros; elevação da acumulação, com a tendência decrescente da taxa média de lucros e ao subconsumo; investimento nos setores de maior concorrência, revelando a dificuldade de investimento em setores muito ricos; economia de trabalho vivo com a aplicação de novas tecnologias; e aumento dos custos de venda, o que diminui os lucros e aumento o contingente de consumidores improdutivos (NETTO, 2011, p. 20-21). ↑

15 Fundada em 1864, a AIT visava agregar, em um único e poderoso exército, todo o operariado militante da Europa e da América, cujo programa foi redigido por Marx (ENGELS, 2010b, p. 77). Segundo Netto (2011), oficialmente a AIT se dissolveu em 1876, mas desde 1872 não funcionava de forma efetiva. ↑

16 No período analisado, a classe média agrega novos grupos, característicos do recorte monopolista e que não eram típicos de épocas precedentes, como os profissionais liberais, intelectuais e técnicos especializados, entre outros, que se mesclam com estrato médios do período concorrencial, como os artesãos altamente qualificados, profissionais de fato liberais, pequeno-burgueses (NETTO, 2011, p. 63). ↑

17 Segundo Coggiola (2010, p. 10), o socialismo era considerado uma doutrina burguesa, identificada com esquemas reformistas experimentais e utópicos dos pequeno-burgueses. Os comunistas eram os que, claramente, estavam a favor da derrubada da ordem por meio da revolução e do estabelecimento de uma ordem revolucionária. ↑

18 Para Netto (2011, p. 66), o revisionismo tem relação com dois dados do período: um, o surgimento no interior da classe operária de um grupo contrário com projeções revolucionárias, a aristocracia operária, fruto da emersão do monopolismo; e, dois, o surgimento na organização dos sindicatos e partidos operários de uma camada de funcionários de desempenho burocrático que os conduziam à postura conservadora. ↑

19 Distanciamento porque Netto (2011, p. 70-71), mesmo compactuando e trazendo novos elementos para o debate do Serviço Social como profissão estabelecida na ordem dos monopólios e não uma simples evolução da ajuda, admite uma *relação de continuidade* entre a profissão legitimada e as formas de auxílio expressas no conservadorismo, nas formas de intervenção com cunho caritativo, contempladas pela assistência racionalizada e a profissão e, merecendo maior destaque, a presença da Igreja Católica nos dois âmbitos. Mas isso está longe de significar que o autor defende ou compreenda a profissão pela visão endógena. ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em junho de 2023 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).